

## **Estética da Errância: o silêncio da arte em Michel Pêcheux**

Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

João Flávio de Almeida

Unaerp – Universidade de Ribeirão Preto (docente).

Ufscar – Universidade Federal de São Carlos (doutorando).

### **Resumo**

Este artigo é um resumo de tese em andamento<sup>1</sup>, e tem como objetivo lançar as bases para uma Estética da Errância a partir da ‘Análise do Discurso’ de Michel Pêcheux. Como o próprio título indica, o fio condutor desta proposta se sustenta na concepção de “erro” e das possíveis formas de produção de sentido diante dele. Contudo, para este artigo interessa menos aquele erro eventual que se evidencia na superfície da existência simbólica dos sujeitos e dos objetos. Nos toca, sim, outra ordem de erro, o “erro fundamental”, aquele que erra e faz errar, bem como apresentar e discutir as duas formas de se posicionar diante do erro fundamental: a) instrumentalização racional do discurso, que busca reparar o erro na ciência, na tecnologia, na religião etc.; ou b) os jogos e usos poéticos do erro como matéria prima que destotaliza e suspende os sentidos na língua, na história e no sujeito.

### **Palavras-chave**

Estética; Arte; Análise do Discurso, Michel Pêcheux

### **Introdução: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso francesa**

Michel Pêcheux (1938-1983) foi um filósofo francês que compunha, junto a Althusser, Lacan, Michel Plon, Foucault e outros, o estruturalismo francês que tomou força no início da década de 1960. Este grupo se fundamentava em torno do que eles chamavam de Tríplice Aliança, ou seja, a articulação entre marxismo, psicanálise e linguística (Orlandi, 2005c). Esta proposta de Estética da Errância, em Pêcheux, se fundamenta essencialmente na terceira época de seus escritos, marcada por uma maior aproximação com a psicanálise lacaniana, principalmente com a noção de Real (o terceiro registro da tríade ‘imaginário, simbólico e real’).

Importa assinalar que, embora em Lacan sejam profícuos os estudos que relacionam Arte e Psicanálise, principalmente em torno do conceito de Sublimação, em Pêcheux

---

<sup>1</sup> Para uma estética da Errância: os sentidos da arte em Michel Pêcheux, pela Universidade Federal de São Carlos, iniciada em 2015.

arte e poesia aparecem de forma esparsa e secundária, sempre remetendo a outros conceitos. Esta ressalva se faz importante pois assinala os níveis de sustentação teórica disponíveis: até Lacan tem-se um caminho mais seguro e amparado por outras pesquisas, mas ao olharmos o Real na linguagem artística, em Pêcheux, observa-se uma escassez de pesquisas anteriores. Conceber uma estética da arte em Michel Pêcheux, portanto, é caminhar amparado muito mais no próprio autor do que em pesquisas subjacentes.

### 1.1. O discurso

De forma introdutória, podemos dizer que o discurso, em Pêcheux, é “linguagem em curso”, ou seja, é o movimento do trabalho simbólico e de tudo o que nele implica e por ele é implicado. A palavra discurso etimologicamente tem em si a ideia de curso, de percurso, de movimento: palavra em movimento. Ou seja, é a prática da linguagem. Assim, com o estudo do discurso observa-se a humanidade falando (Pêcheux, 1995). A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre consciência e realidade, ou seja, a realidade é constituída, transformada e deslocada pelo trabalho simbólico do discurso.

A Análise do Discurso não trabalha, como alguns campos linguísticos, com a língua fechada em si mesma. Seu objeto de estudo é o discurso, uma materialidade sócio histórica em que a ideologia e o simbólico se confrontam, colocando em jogo os três pilares do discurso: a história (materialismo histórico-dialético, via Althusser), a língua (linguística, via Saussure) e o sujeito (psicanálise, via Lacan) (Orlandi, 1996). Assim, na Análise do Discurso parte-se da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua (Pêcheux, 1995)(p.17). O discurso, portanto, é a ‘língua no mundo’, ou melhor, é um processo material de constituição simbólica. Tudo o que está ao alcance do simbólico (e que interpela o imaginário), é da ordem do discurso, ou seja, é por ele constituído e nele subsiste. Qualquer objeto que existe materialmente na realidade, resiste (persiste) no simbólico. Assim, todo objeto simbólico que é significado, categorizado, classificado e valorado é, antes de tudo, e tão somente, um objeto simbólico sujeito às interpelações discursivas (PÊCHEUX, 2004), delimitado pelas condições de produção de sentido que derivam de uma determinada Formação Discursiva e Imaginária (Pêcheux, 1995).

---

## 1.2. Formações Discursivas e Formações Imaginárias

A noção de Formação Discursiva não pode aparecer no singular, ela é constitutivamente plural. Nela está implícita a noção de que um enunciado não faz sentido por conta de suas regras gramaticais e sintáticas; as materialidades simbólicas recebem significado segundo as posições discursivas daqueles que estão envolvidos naquele imediato processo de significação. Todo processo de simbolização acontece dentro de Condições de Produção de Sentido – a saber: contexto histórico social (ideologia), memória discursiva (história) e sujeitos envolvidos. É dessa forma que um mesmo enunciado pode produzir sentidos diferentes em “lugares discursivos” diferentes, mesmo que apresente uma sólida coerência linguística. Estes lugares discursivos são, em Pêcheux, chamados de Formações Discursivas. Importa ressaltar que as divisas de uma Formação Discursiva não são claras e dicotômicas, mas se diluem e muitas vezes se interpenetram (Pêcheux, 2008).

Já a noção de Formação Imaginária aparece como uma antecipação (imaginária) que um sujeito faz do lugar discursivo que o outro ocupa, ou seja, trata-se daquela suposição que um sujeito faz acerca da forma com que será compreendido. Como um sujeito não pode saber com segurança qual é o conjunto de condições de produção de sentido a que o outro sujeito está condicionado, o primeiro ‘imagina’ o lugar discursivo em que o segundo se inscreve. A Formação Imaginária, portanto, é a suposição que um sujeito faz sobre a Formação Discursiva a que o outro está filiado (Pêcheux, 1994).

Da aproximação dos conceitos de Formação Discursiva e Formação Imaginária, surge o conceito de “Posição-Sujeito”. O sujeito, em Pêcheux, não diz respeito apenas ao processo em que o indivíduo se define através do discurso, mas também ao processo de imaginar o que o outro significa sobre ele. A constituição do sujeito, portanto, é ideológica, mas não é definitiva: é um processo contínuo que depende de todas as condições de produção que tangem as Formações Discursivas e Imaginárias. A posição-sujeito é, portanto, o lugar discursivo de onde um sujeito pratica o discurso; quando o indivíduo fala, assume uma posição de interpretação de mundo, de antecipação e de filiação discursiva.

## 1.3. A arte como Formação Discursiva e Formação Imaginária

Estes conceitos indicam a natureza daquilo que chamamos arte, bem como da categorização que se faz a respeito de determinadas materialidades simbólicas, algumas consideradas “arte”, e outras não. A respeito do lugar discursivo da arte, ou seja, de sua constituição como Formação Discursiva e Imaginária, Pêcheux (2004) afirma que a poesia não tem lugar especial e distinto no fazer linguístico: trata-se apenas de mais um (de tantos) processos de constituição simbólica que faz uso da mesma língua. Semelhante análise o autor dirige em direção a outras formas de se tomar a língua, e a conclusão é que, assim como não há linguagem científica pura (Pêcheux, 1995, p.189), nem linguagem política pura (Idem, p. 213) não há, constitutivamente e necessariamente, uma propriedade artística e poética pura (Gadet e Pêcheux, 2004, p.72). Não existe nada fundamentalmente necessário na produção simbólica que possibilite destacar uma ou outra forma de se fazer linguagem. É a ideologia que cria a ilusão da distinção estanque da produção de sentidos (Orlandi, 2007). São os embates ideológicos que fazem com que as Formações Discursivas e Imaginárias pareçam estruturas naturais do mundo, aptas a produzir sentidos (ilusoriamente) estabilizados que correspondem fielmente aos “fatos” do mundo. Assim, só o que se pode afirmar é que existem Formações Discursivas e Imaginárias que tentam, a partir de jogos políticos e ideológicos, constituir divisas aparentemente naturais para o que se designa “arte”. É essa instrumentalização da língua que condiciona o que pode e deve ser dito no interior dessa Formação Discursiva Imaginária, que permite classificar, rotular e valorar materialidades simbólicas, e que, finalmente, fundamenta regras que autorizam ou desautorizam a inserção de sujeitos na Formação Discursiva chamada “arte”. A arte torna-se então um lugar discursivo que constitui uma classe de sujeito, o “artista”; uma posição-sujeito autorizada a produzir materialidades simbólicas “artísticas” que são assim compreendidas mediante um processo de antecipação imaginária (Formação Imaginária “arte”) interpelada pela Formação Discursiva “arte”.

Importa assinalar, portanto, que a este artigo não interessa a arte como um campo institucionalizado por embates ideológicos e políticos. A proposta deste texto é lançar luz sobre os processos simbólicos errantes (que erram e fazem errar), e então procurar pelos lugares discursivos onde eles são praticados, e finalmente analisar o impacto no indivíduo quando diante da errância simbólica que faz errar a língua, a história e sua constituição enquanto sujeito.

## 2. O real lacaniano de Pêcheux

Como apontado anteriormente, a noção de Real, resgatado por Pêcheux, deriva da psicanálise de Jacques Lacan. A saber, o psicanalista francês, longe de dar uma única e clara definição de Real, desenvolveu no decorrer de seus escritos uma série de esboços que hora avançavam, hora retornavam no tempo e nas definições (Johnston, 2016). Talvez daí decorra a dificuldade que frequentemente permeia o campo da Análise do Discurso em definir e fazer uso deste conceito-chave que aparece na terceira fase dos escritos de Michel Pêcheux. Evidentemente, tais derivas de sentido na conceituação do Real em Lacan permitem diferentes elaborações e apropriações do conceito a partir de distintos propósitos. Afinal, não se pode falar de uma evolução linear do conceito, pressupondo certo amadurecimento em seus últimos escritos, pois o próprio Lacan percorria, em diferentes seminários, pelo regresso, retomada, avanço e ruptura do conceito de Real (Roustang, 1988). Importa assinalar, portanto, que ao longo de seus escritos, a noção e as características do Real lacaniano sofreram diversas transformações.

[...] ao contrário do que podemos constatar acerca do imaginário e do simbólico, não existe nenhum texto em que o real seja por si mesmo objeto de um desenvolvimento. A palavra aparece aqui e ali, como se seu sentido dependesse da evidência (Roustang, 1988, p.49).

O registro lacaniano do Real sofreu grandes transformações entre os anos 1950 e 1981. O argumento seria que, entre 1955 e 1972, Lacan abordou continuamente a questão do Real em conjunção com noções como Das Ding, objeto-A, causa, gozo, lamela, ansiedade, ato e a dialética entre enunciação e enunciado (Arfi, 2012), e ao final, o próprio Lacan atestou a impossibilidade da definição cabal deste conceito. Diante desse cenário, portanto, somos obrigados, como diria Pêcheux, a interpretar, a escolher, mas com cautela. Para que esse processo não aconteça de forma descuidada ou arbitrária, seguiremos algumas pistas deixadas pelo analista do discurso para olharmos o Real conceituado pelo psicanalista no adendo III de Semântica e Discurso, onde Pêcheux aponta sua escolha conceitual através do axioma lacaniano “só há causa daquilo que claudica” (Pêcheux, 1995). Nos deteremos, portanto, em distinguir principalmente duas concepções distintas de Real que, a saber, não se contradizem, mas se complementam.

A primeira delas é a noção de Real como ‘Impossível’, e a segunda apresenta o Real como ‘Falta’.

## 2.2 O real como ‘impossível’

A posição logofílica [...] quanto à posição da língua ideal, parece remeter àquilo pelo qual o "nem tudo da alíngua" venha a se projetar em um tudo que pretenda representá-la. O "real da língua" é, portanto, o impossível que lhe é próprio (Gadet e Pêcheux, 2004).

Considerar o Real como ‘impossível’ implica assumi-lo dentro da tríade Real/Simbólico/Imaginário, o fundamento que Lacan busca em Freud para designar o funcionamento da consciência humana (Lacan, 2005a).

Em “Nomes do Pai” (Lacan, 2005a), e no seminário III (Lacan, [1955] 2002), o imaginário é o conjunto de imagens que a consciência produz como matéria-prima da identificação, processo que confere certa ilusão de autonomia da consciência. O imaginário, assim compreendido, é aquele registro da consciência que consiste em si mesmo (funda-se) a representação imaginária do mundo: lhe dá forma e contorno (Lacan, [1953] 2005, p.20). Imaginar é compor uma imagem que represente para a consciência um objeto que eventualmente não esteja ao alcance dos sentidos e identificar tal imagem à materialidade do mundo. Imaginar, no entanto, é compor reduzindo; é criar, por exclusão, um único objeto que represente a soma de todos os demais daquela categoria simbólica (Lacan, [1957] 1999). Imaginar é também abstrair, ou seja, é preciso esquecer a totalidade das árvores conhecidas e ficar com a imagem de uma única árvore.

Já o registro do simbólico tem na linguagem sua expressão mais concreta, aquela que rege o sujeito do inconsciente. Talvez por isso é que este registro tenha sido o mais importante no início dos escritos de Lacan. O simbólico é tudo aquilo que cabe dentro da linguagem, ou seja, é o processo de partir de um significante material que possa receber significados que representem conceitualmente algo do imaginário, introduzindo uma nova realidade naquilo que ele chama de “realidade animal” (Lacan, [1953] 2005, p.47). Tal como no registro do imaginário, o registro do simbólico também simboliza por exclusão: a palavra não dá conta de simbolizar todos os indivíduos de uma espécie.

É por isso que dizemos “árvores” ao invés de nomeá-las uma a uma. Isso nos leva a assumir que a linguagem é maior do que a fala, e que o simbólico ultrapassa os limites das materialidades (da fala, da escrita, do pictórico etc.). A linguagem, em última instância, é constituída também por aquilo que lhe escapa. E é nesse momento que chegamos à noção de Real como ‘impossível’.

No seminário III (Lacan, [1955] 2002) o psicanalista aponta a limitação da realidade representada pelo imaginário e pelo simbólico. Quando um sujeito diz “árvores” e imagina uma árvore, ele só pode imaginar e simbolizar uma única árvore em detrimento de todas as árvores existentes. O Real, neste momento da teoria lacaniana, é tudo isso que escapa ao simbólico e ao imaginário. O real da “árvore” é a soma de todas as árvores, de todas suas minúcias e formas de existir. O que a realidade simbólica e imaginária faz é criar, por exclusão, um signo que esteja ali por todos os outros. Tudo o que sobra ao imaginário e ao simbólico, portanto, é o Real da casa (Lacan, [1953] 2005).

### **2.3. O real como ‘falta’**

Outra forma de definição do Real importa a esta artigo, ainda que também não seja a última na cronologia lacaniana. E esta delimitação do Real está relacionada com a noção de falta fundamental. Foi a partir do seminário IV (Lacan, [1956] 1995) que tal noção começou a tomar forma, recebendo novas variáveis e peculiaridades no decorrer dos seminários seguintes.

Do seminário IV até o seminário XI, surge em Lacan algumas noções importantes que serão articuladas a partir do Real entendido como falta, futuramente associado à Das Ding (a coisa). Aparecem as noções de causa, desejo, objeto de desejo e angústia, um Real ainda relacionado com o simbólico e o imaginário, mas não somente como o que sobra aos dois registros, mas também como aquilo que faz faltar a eles a totalidade. Esta formulação não apresenta um Real passivo como algo que sobra, mas sim como uma força ativa que destotaliza e é causa de desejo.

A escolha dessa definição de Real como falta se justifica pelo adendo “Só há causa daquilo que claudica”, noção que Pêcheux busca em Lacan. Neste axioma, dois termos se sobressaem como norteadores de interpretação: ‘causa’ e ‘claudica’. Esta noção

lacaniana de causalidade aparece no seio de uma discussão milenar sobre aquilo que é a causa do movimento humano no mundo, ou seja, sobre o motor do fluxo de sua língua, história e demais produções culturais. Diante de tantas concepções da história da filosofia, Lacan afirma só que há causa, ou seja, só há pulsão de movimento, naquilo que claudica, naquilo que falha, erra e manca. Neste sentido, tudo o que estaria ‘acabado’ e ‘totalizado’, não se moveria. O erro fundamental aparece, portanto, como a causa primeira do desejo de reparação da ferida narcísica nascida no âmago da consciência (Roustang, 1988).

Neste modelo, o Real aparece como uma falta (erro) fundamental que destotaliza o inconsciente e o mundo. Diante do Real, o sujeito da consciência se lança na realidade simbólica na intenção de tamponar o nada que ele percebe ser. O Real, como força negativa (destrutiva), torna-se então força positiva (criativa). Assim, a noção de Real como Das Ding pode ser compreendida como um nada que destotaliza, e justamente por isso é causa de desejo. Esta pulsão fundamental, justamente por ser uma anti-face do desejo, é impossível de ser simbolizada e imaginada (Lacan, [1962] 2005). No entanto, contrapondo Heidegger, para quem o nada é uma nulidade totalmente imaterial, Lacan recorre à noção de angústia de Kierkegaard e apresenta o conceito de objeto A, um resto irreduzível ao significante que pode se ligar a um pedaço separável do corpo e articular (colocar em relação) objetos empíricos ao Real (Lacan, [1956] 1995). O Objeto A, portanto, é aquilo que o desejo deseja na realidade simbólica. No entanto, quando o sujeito do inconsciente se dá conta que seu desejo é insaciável, ou seja, que o Real é aquilo que ex-siste (que sempre retorna, pura negatividade insaciável), ele se depara com a angústia, o afeto por onde passa a função pura do desejo, que é o movimento em que o desejo se relaciona com sua verdade primordial, a falta. Dessa forma, a angústia é o afeto que não engana (Lacan, [1962] 2005), pois coloca o sujeito do inconsciente diante da verdade de que o desejo não pode ser saciado justamente por que sua causa é a falta. Diante desse Real, Lacan aponta três possibilidades de reação: a da ciência, que deseja decifrar e reparar a falta fundamental; a da religião, que coloca o Real à distância; e a da arte, que confronta o Real através da sublimação, um movimento que eleva um objeto à dignidade da Coisa (Das Ding, Real).

Esta noção de Real ainda se mostra útil à este artigo quando toca o conceito de angústia, desenvolvido no seminário X, e que parece marcar a noção de logofilia apresentada por



Pêcheux em “A língua inatingível” (Gadet e Pêcheux, 2004, p.45). Logofilia, segundo o analista do discurso, é o desejo pela língua total e acabada que é causado pela angústia da emergência do erro fundamental da língua. Dessa forma, o movimento da língua, da história e do sujeito é causado pela falta fundamental que destotaliza e faz errar: só há causa daquilo que erra.

### **3. Só há causa daquilo que erra**

A partir do Real como falta, Pêcheux identifica o erro fundamental do discurso, ou seja, na língua, na história e no sujeito. Mas identifica, também, que é justamente por que existe este erro fundamental que o discurso se move em busca de completude (Gadet e Pêcheux, 2004). Destaca-se que em Pêcheux a concepção de língua deriva de Saussure, principalmente em relação à noção de valor. Já o conceito de história provém de Marx, ainda que Pêcheux contraponha o caráter teleológico e totalizante da história marxista. E finalmente, a noção de sujeito é tomada de Lacan, que concebe o sujeito como a interpelação do inconsciente pelo outro e pela ideologia.

#### **3.1. O real da língua: quando o silêncio erra**

Para Pêcheux, a língua é, antes de tudo, fundamentada por erros, por deslizos e ambiguidades; os sentidos sempre estão sujeitos a vir-a-ser-outros, ou ainda deixar-de-vir-a-ser. Este erro fundamental da língua gera, nos linguistas, um desejo pela língua total, uma logofilia que procura reparar a fissura narcísica da língua dividida. É por isso que se estabelecem regras gramaticais e sintáticas: para estabilizar a língua e reparar seus erros. É esta língua que Pêcheux chama de “língua inatingível” (Gadet e Pêcheux, 2004).

“Tudo não pode ser dito” (Milner, 1987), logo, a marca do Real na língua, aquilo que atesta seu erro, é o silêncio: tudo aquilo que deixou de ser dito, que foi esquecido ou silenciado. Mas é este resto, no entanto, que faz faltar e errar o sentido na linguagem, que move a língua e lhe dá vida. Somente quando a língua erra é que ela se move e se atualiza. Somente quando o sentido erra é que a palavra é tomada novamente, um eterno retorno que tenta inutilmente fazer o sentido alcançar plenitude. A instrumentalização da língua que tenta reparar e totalizar os sentidos da linguagem é a própria contradição do inconsciente na língua: o objeto de desejo da língua é a plenitude do sentido. No

entanto, quanto mais o inconsciente se move em direção ao seu objeto de desejo, mas percebe que este desejo é insaciável justamente por que sua causa é o erro, a falta que fundamenta o inconsciente e a própria língua. O Real é o que erra na língua, mas que por isso mesmo faz errar: caminhar errante. Desta angústia da língua, diante da impossibilidade de sanar o desejo de totalidade, é que nasce o que Pêcheux chama de Logofilia (Gadet e Pêcheux, 2004).

### **3.2. O real da história: quando o acontecimento erra**

Real da História, afirmou Pêcheux, é a impossibilidade da conclusão da luta de classes (Pêcheux, 2008). Essa impossibilidade se evidencia justamente por que algo falta e faz a história errar. É justamente por que a ideologia erra que os Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1985) continuam seu trabalho; caso contrário, o assujeitamento completo poderia se dar por concluído (Gadet e Pêcheux, 2004, p.122).

E a marca do Real na história, aquilo que a faz errar, é também o silêncio: tudo aquilo que deixou de ser inscrito na memória aquele registro que escapou, que foi esquecido ou silenciado. Mas é justamente por que algo falta e erra à história que ela continua seu movimento. A instrumentalização da língua que tenta reparar e totalizar os conhecimentos humanos são a própria contradição do sujeito na história: o objeto de desejo da história é a plenitude do conhecimento. Quanto mais se move em direção à totalidade do conhecimento, mas percebe que este desejo é insaciável justamente por que sua causa é o erro, a falta que fundamenta o inconsciente e a própria história. O Real é o que erra na história humana, mas que por isso mesmo faz errar: errância.

### **3.3. O real do sujeito: quando o inconsciente erra**

O estruturalismo francês da década de 1960 concebia o sujeito como totalmente determinado pela ideologia (Juárez-Salazar, 2015). Tudo o que um sujeito pudesse dizer a seu respeito, era determinado sem furos nem erros pelas ideologias dominantes. No adendo III de Semântica e Discurso, Pêcheux (Pêcheux, 1995) coloca a noção de Real em relação ao sujeito. Algo erra, fundamentalmente, na constituição do sujeito. Algo sempre sobra, e por isso falta. Algo indetermina o sujeito e lhe permite, finalmente, romper, de alguma forma, com a determinação da ideologia.

A marca do Real no sujeito é o silêncio: aquilo que nem ele nem o outro podem dizer a respeito do “EU”, aquilo que escapa à simbolização ideológica e faz errar. Essa incompletude, no entanto, embora seja a fissura para ruptura ideológica, é fonte de angústia: a falta que destotaliza o sujeito é a causa do desejo de completude de si. Assim, quando o sujeito percebe o fracasso de seu projeto de totalização do “EU”, que seu objeto de desejo (objeto A) é inalcançável, ele se depara com a verdade angustiante da falta que lhe fundamenta. O Real do sujeito é o que erra e faz errar.

#### 4. O poeta: o übermensch que brinca com o erro

"Três transformações do espírito vos menciono: como o espírito se muda em camelo, e o camelo em leão, e o leão, finalmente, em criança" (Nietzsche, 2003).

No decorrer da história da linguística, o espírito logofílico que tomou conta de diversos teóricos fez com que as ambiguidades, as derivas de sentido, as falhas e as incompletudes enfim, fossem tratadas como erros a serem solucionados (Milner, 1987). O Real da língua, assim, foi relegado ao posto de desafeto primordial de todos os que almejam o perfeito funcionamento do discurso: da língua, da história e do sujeito. Diversas correntes teóricas tentaram transformar em problema aquilo que inevitavelmente é constituinte da língua, aquilo que é próprio de seu funcionamento (Gadet e Pêcheux, 2004, p.45). Logo, se fosse possível tal reparação, o que de fato ocorreria, afinal, seria a inviabilização da língua e a coagulação de seu funcionamento.

Esta proposta de Estética da Errância, portanto, se fundamenta na distinção das formas com que se pratica o discurso.

Diante das teorias que isolam o poético do conjunto da linguagem, como lugar de efeitos especiais, o trabalho de Saussure [...] faz do poético um deslizamento inerente a toda linguagem: o que Saussure estabeleceu não é uma propriedade do verso saturnino nem da poesia, mas uma propriedade da própria língua. O poeta seria apenas aquele que consegue levar essa propriedade da linguagem a seus últimos limites (Gadet e Pêcheux, 2004, p.58).

E aqui chegamos ao ponto central desse artigo. Se o poético não possui um lugar especial ou um funcionamento desligado do resto da língua, o que pode fazer diferença é a forma com que se usa a linguagem. E neste caso, a medida seria a relação entre o sujeito que toma a palavra e a logofilia, ou seja, a medida de seu comprometimento com uma língua perfeita e acabada (e morta). Segundo Pêcheux (Gadet e Pêcheux, 2004),

não fosse a poesia, a linguística não teria percebido o Real como fundante, e ele continuaria a ser um acidente a ser evitado.

Por conseguinte, é possível propor como metáfora para a Estética da Errância o conceito de Super-Homem, de Nietzsche (Nietzsche, 2003). As três transformações do espírito supõem um primeiro sujeito, o camelo, aquele que carrega nas costas o peso do trabalho, aquele que se submete às ordens e às leis, e as cumpre. O camelo é o sujeito da massa, que segue as leis da gramática, que aceita e apreende os conhecimentos oferecidos pela história e que tem uma definição cabal a respeito do sujeito que supõe ser. A segunda transformação se dá quando o camelo se converte em leão. O leão é o sujeito que faz as leis, que impõe ordens e faz o mundo funcionar. O leão é aquele que instrumentaliza o discurso, que propõe sistemas e regras, que tenta solucionar os erros da realidade simbólica e estabilizar os sentidos. O leão está na política, na igreja e no direito, mas o leão também faz estética, até arte. O camelo e o leão são sujeitos logofílicos, mas obviamente o leão se apresenta num grau maior de desconforto em relação ao erro fundamental. A terceira transformação é quando o leão se transforma numa criança, um ser inocente que apenas brinca no mundo. A criança é o poeta. É aquele que confronta o Real e não o teme, ao contrário: brinca com ele, acolhe o silêncio e se regozija com a possibilidade errante dos sentidos que erram na língua, na história e no sujeito. A criança é o artista que erra e faz errar através de materialidades simbólicas. É o artista que não está comprometido com a verdade ideológica, mas ao contrário, acolhe a verdade fundamental do erro, e por isso mesmo faz errar os sentidos do discurso.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CHAVES, W. C. **O estatuto do real em Lacan: dos primeiros escritos ao seminário VII, a ética da psicanálise**. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 16, p. 161-168, 2006. ISSN 0103-863X. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2006000200004&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000200004&nrm=iso) >.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível. O discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

JOHNSTON, A. Jacques Lacan. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. (ED.), E. N. Z. Palo Alto 2016.

JUÁREZ-SALAZAR, E. M. **Sociedad y ideología desde lacan y althusser: una propuesta de psicología crítica**. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, p. 609-617, 2015. ISSN 0102-7182. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822015000300609&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000300609&nrm=iso) >.

LACAN, J. **Nomes do pai**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2005a.

\_\_\_\_\_. **O triunfo da religião, precedido de, Discurso aos católicos**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2005b.

\_\_\_\_\_. **O simbólico, o imaginário e o real**. In: (Ed.). *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1953] 2005.

\_\_\_\_\_. **O seminário: livro 3: as psicoses**. Jorge Zahar, [1955] 2002. ISBN 8571103895.

\_\_\_\_\_. **O seminário – livro 4: a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1956] 1995.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente, 1957-1958**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1957] 1999.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1962] 2005.

MILNER, J. C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul Ltda., 1987.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro: 2003.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. *Estudos da Língua(gem)*, n. 1, p. 9-13, Junho 2005c.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **Ler o arquivo hoje. Gestos de leitura: da história no discurso**, v. 2, p. 61-105, 1994.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2008.

ROUSTANG, F. **Lacan: do equívoco ao impasse**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

ZIZEK, S. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro, RJ.: Zahar, 2010. ISBN 978-85-378-0243-4.